

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX - DF.**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, portadora da carteira de identidade XXXXXXXX - SSP/DF, inscrita no CPF sob o n. XXXXXXXX, encontra-se atualmente no XXXXXXXXXX-DF, CEP XXXXXXXX, vêm por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, NÚCLEO DE XXXXXXXXXX**, vem nos termos da legislação vigente, requerer a abertura e processamento da presente:

**AÇÃO de PETIÇÃO de HERANÇA
com PEDIDO de TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

em face de:

- **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CNH nº: XXXXXXXXXX; CPF nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXX-DF;
- **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CNH nº: XXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXX-DF;
- **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, CNH nº XXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXX-SP;

Em decorrência do óbito de **Fulano de tal** (falecida em XX/XX/XXXX) e de seu genitor **Fulano de tal**, pelas razões de fato e direito a seguir expostas, conforme artigo 1.824 do Código Civil:

Art. 1.824. O herdeiro pode, em ação de petição de herança, demandar o reconhecimento de seu direito sucessório, para obter a restituição da herança, ou de parte dela, contra quem, na qualidade de herdeiro, ou mesmo sem título, a possua.

Importante ressaltar que a petição de herança, conforme leciona o professor Venosa:

“busca o reconhecimento de uma qualidade pessoal inerente ao herdeiro e como consequência, a entrega ou restituição dos bens que lhe pertencem, podendo ocorrer contra quem indevidamente se arvora herdeiro ou, ainda, contra herdeiro que pretende parcela maior daquela que lhe é devida¹”.

DA LEGITIMIDADE DA REQUERENTE EM RELAÇÃO AO DE CUJUS

O Requerente é neto de fulano de tal, falecida em XX/XX/XXXX, sendo que por meio do processo n. XXXXXX, que tramitou na Xª Vara de Família de XXXXXXXXX, em XX/XX/XXXX, **foi proferida sentença reconhecendo que Fulano de tal, é filho do falecido Fulano de tal.**

DOS BENS DEIXADOS PELO DE CUJUS

Conforme processo de inventário de número XXXXXXXXXXXX, a falecida deixou como único bem a ser inventariado e partilhado os eventuais direitos sobre o imóvel situado na XXXXXXXXXX-DF.

É o que acontece no presente caso, **pois o Requerente, na qualidade de herdeiro legítimo de Fulano de tal foi totalmente excluído da partilha dos bens pertencentes a pessoa de Fulano de tal, onde o genitor do Requerente (Fulano de tal) teria direito à 1/10 dos direitos sobre o imóvel supracitado, e desses 1/10, o**

¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: direito das sucessões. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2007. Pág. 97

Requerente tem direito **a 1/4 por ser herdeiro por estirpe do pai pré-morto**, tendo em vista que por meio do processo n. XXXXXXXXX, que tramitou na Xª Vara de Família de XXXXXXXX, em XX/XX/XXXX, **foi proferida sentença reconhecendo que Fulano de tal é filho de Fulano de tal.**

Nesse sentido, tem-se que perfeitamente possível a tramitação do presente feito, **posto que no processo de inventário de número XXXXXXXXXXXXXXXX**, houve a partilha de forma indevida dos eventuais direitos sobre o imóvel situado na XXXXXXXXXXXX-DF, com a partilha dos 1/10 destinados ao falecido **Fulano de tal**, somente entre os X filhos de **Fulano de tal** ora Requeridos, **quando na verdade, deveria ter sido reconhecido o direito de 1/4**, a favor do Requerente que conforme a sentença supracitada, também é filho de **Fulano de tal**, tendo direito a receber sua quota parte como herdeiro legítimo.

DA NECESSIDADE DE NOVA PARTILHA

Conforme foi devidamente explicitado no tópico acima faz-se necessário a realização de nova partilha da quota parte que coube a **Fulano de tal, pai do requerente**, considerando que houve a partilha de forma indevida da quota parte de 1/10 do **Fulano de tal, quando esta deveria ter sido dividido entre os X filhos herdeiros de fulano de tal**, e não somente para os XX filhos, ora Requeridos, que já receberam suas partes, **devendo, portanto, os Requeridos, ressarcirem ao Requerente a quota parte que cabe ao mesmo.**

Nesse sentido, e como o bem imóvel situado na XXXXXXXXXXXX-DF, onde o pai do Requerente fazia juz a 1/10, **já foi alienado em XX/XX/XX**, pelos Requeridos e demais herdeiros **as pessoas de Fulano de tal e sua esposa fulano de tal** pelo valor de R\$ XXXXXXXX, conforme certidão de ônus

anexa, tem-se que os Requeridos receberam o valor de R\$ XXXXXX, correspondente a 1/10 do valor do imóvel alienado.

Desta forma, o valor de R\$ XXXXXX deveria ter sido dividido em X (XXXXX) partes iguais de R\$ XXXXXXXXXX que caberia cada uma ao Requerente e seus irmãos.

No entanto, os Requeridos embolsaram sozinhos o valor de R\$ XXXXXX sem nada repassarem ao Requerente, ou seja, cada Requerido ficou com R\$ XXXXX.

Assim, cabe a cada um dos Requeridos proceder ao ressarcimento/pagamento a favor do Requerente da quantia de R\$ XXXXXXXXXX, correspondente a diferença do valor que seria cabível ao mesmo, caso o valor de R\$ XXXXXXXXXX tivesse sido dividido pelos X (XXXXX) filhos de XXXXXX e não por apenas X (XXXX) filhos.

DO NOVO PLANO DE PARTILHA

Por fim, **considerando o Direito do Requerente**, requer homologação do novo plano de partilha dos bens deixados por **Fulano de tal**:

Seja reconhecido o direito a 1/4 do Requerente, referentes a quota parte de 1/10 deixado para o falecido Fulano de tal, pela morte da sua mãe Fulano de tal, conforme processo de inventário nº: XXXXXXXXXX.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto requer:

1) Os benefícios da justiça gratuita, nos termos da previsão constante no art. 98, do CPC, por ser hipossuficiente;

2) A citação dos Réus, para comparecerem a audiência de conciliação/mediação, **considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC)**, e restando frustrada essa, que apresentem resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

3) Seja ao final julgada procedente a demanda para declarar a nulidade da partilha referente a quota-parte de Fulano de tal, decorrente da morte da sua mãe Fulano de tal, devendo ser reconhecido o direito do requerente a 1/4 da quota parte de 1/10 deixado para o falecido fulano de tal;

4) sejam os Requeridos condenados a proceder ao ressarcimento/pagamento a favor do Requerente da quantia de R\$ XXXXXXXXX, correspondente a diferença do valor que seria cabível ao mesmo, caso o valor de R\$ XXXXXXXXX tivesse sido dividido pelos XX (XXXXXXX) filhos de Fulano de tal e não por apenas X (XXXX) filhos.

5) A condenação dos Requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PRODEF;

Requer a produção de todos os meios de prova admitidos, como documental, pericial, testemunhal, depoimento pessoal dos Requeridos e demais provas que se fizerem necessárias.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXX

Nestes termos, Pede deferimento.

XXXXXXX-DF, XX de XXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Requerente

FULANO DE TAL
Defensor Público